

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

SOBRE ESSE RELATÓRIO

Este é o Relatório Anual da Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., que reúne os principais resultados operacionais e financeiros de 2025. O documento foi preparado de acordo com as diretrizes da instituição e acompanha as Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às Normas consubstanciadas no novo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Desenvolve SP é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e tem como objetivo atender as micro, pequenas e médias empresas e os municípios paulistas, por meio de opções de crédito sustentável, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população. Sua atividade-fim é o financiamento de capitais fixo e de giro associados a projetos de investimento produtivos privados e públicos, com o objetivo de fomentar a renda, o emprego, a produtividade e o desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Em complemento a este relatório, a Desenvolve SP publicará o Relatório Integrado, o qual possui uma análise das atividades realizadas, os impactos socioambientais gerados e os avanços na governança organizacional.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, avançamos significativamente na inclusão creditícia, no fomento da produtividade e na sustentabilidade. Registramos desembolsos e integralizações de fundos estruturados, no montante de R\$ 942 milhões, impulsionando o crescimento de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e apoiando projetos de infraestrutura nos municípios paulistas. No setor privado, financiamos investimentos que, além do crescimento da capacidade produtiva, promoveram eficiência operacional, inovação e geração de emprego. No setor público, financiamos investimentos em saneamento, energia renovável e modernização urbana, entre outros.

Para reduzir o risco do empreendedor, passamos a praticar taxas de juros reais prefixadas na maioria das nossas linhas de investimento. E visando atenuar as desigualdades regionais de desenvolvimento e crédito, passamos a praticar taxas mais baixas em regiões com menor desenvolvimento humano e para empresas de menor porte.

Intensificamos a Jornada de Crédito, que em 2025 contou com 59 edições. Percorremos diversas cidades, ampliando o conhecimento da Desenvolve SP pelos paulistas de todo o Estado, orientando presencialmente sobre o crédito adequado para cada negócio, e colhendo opiniões para o aprimoramento do nosso atendimento às necessidades do empreendedor e administrador municipal.

Através de investimento em Fundos Estruturados, apoiamos setores estratégicos como agronegócio (em suas diversas vertentes), agroflorestal, saneamento, saúde, transformação digital e inovação - áreas essenciais para superar gargalos críticos, impulsionar a competitividade e promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo.

Os desafios colocados nos impulsionaram a evoluir. Um dos marcos desse processo foi o aprimoramento da governança, com a criação de duas novas superintendências, sendo uma para tratar dos Fundos Garantidores e de Desenvolvimento e a outra que, após a Superintendência de Riscos, Compliance e Normas ser desmembrada, deu origem a Superintendência de Normas e Compliance e a Superintendência de Riscos. Também foi criada gerência dedicada às operações oriundas do Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo, além de uma nova Chefe de Auditoria.

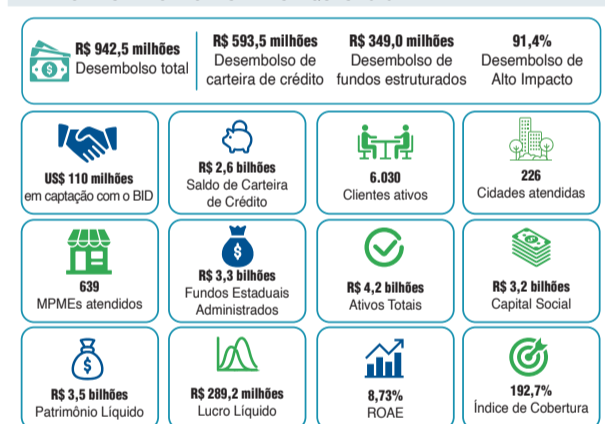
Desenvolvemos um novo onboarding digital para o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo proporcionando maior agilidade e segurança para as operações de microcrédito. Investimos na modernização da infraestrutura tecnológica, aprimorando a esteira de crédito e incorporando novas ferramentas antifraude para garantir ainda mais confiabilidade e agilidade. Também apoiamos significativamente na modernização do fundo garantidor do Estado que, combinado com a parceria com o SEBRAE para orientação ao crédito, possibilitará escalar o crédito produtivo sustentável para que todas as empresas paulistas tenham a possibilidade de investir no seu potencial.

"As iniciativas de 2025 embasaram uma Desenvolve SP mais efetiva na democratização do crédito: capaz de compreender e apoiar o empreendedor paulista na estruturação do crédito certo para o seu negócio."

Ricardo Brito

Diretor-Presidente

2. PRINCIPAIS INDICADORES E DESTAQUES 2025



Data-base: 31/12/2025

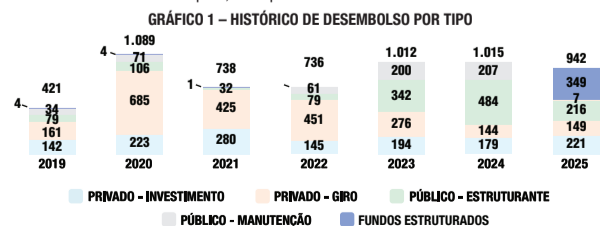
DESTAQUES 2025

- Desembolso total em 2025 de R\$ 942,5 milhões, sendo R\$ 786,7 milhões de Alto Impacto, o maior da série histórica, os quais são financiamentos capazes de gerar efeitos estruturantes sobre a atividade econômica, a produtividade e o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo;
- Integralização de R\$ 349 milhões em 11 Fundos Estruturados focados em sustentabilidade, inovação, transformação digital e agronegócio;
- Total de desembolso para projetos de inovação de R\$ 92,4 milhões, o maior da série histórica;
- Firmado convênio com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), com o objetivo de acelerar a estruturação de projetos de infraestrutura sustentável nos municípios paulistas;
- Aprimoramento da forma de acesso para pedidos de financiamento do Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular de São Paulo, visando a redução de riscos, a ampliação da capilaridade da política pública e tornar mais amigável para os tomadores;
- Aprovação da lei 18.375/2025, que reestrutura o Fundo de Aval do Estado de São Paulo (FDA), ampliando a capacidade do Estado de apoiar o empreendedor paulista;
- Realização de 59 Jornadas de Crédito, em todas as regiões administrativas do Estado;
- Criação de Unidade de Atendimento Móvel, para ampliar a capilaridade da Desenvolve SP e garantir atendimento presencial nos municípios;
- Lançamento das linhas Agro Máquinas e Mais Inclusão, Linha Giro Exportação EUA e início da operação da Linha Irriga Mais;
- R\$ 196 milhões em regularização de operações de crédito em atraso com aumento de 53% em relação ao ano de 2024;
- Recomposição do quadro de pessoal e lançamento do Programa de Treinamentos;
- Realização do inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) das operações financiadas durante o exercício de 2024, utilizando a metodologia internacional do Protocolo de emissão de Gases do Efeito Estufa (GHG Protocol);
- Lançamento de campanha para os colaboradores "Gente que Desenvolve";
- Captação de US\$ 110,0 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Acordo firmado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de SP (Semil) e a Desenvolve SP prevendo aporte de até R\$ 150 milhões destinados à equalização do Programa Água Limpa.

3. DESEMPENHO

3.1. Operacional

Em 2025, os desembolsos alcançaram R\$ 942,5 milhões, atendendo 745 empresas localizadas em 187 municípios, e 77 prefeituras.

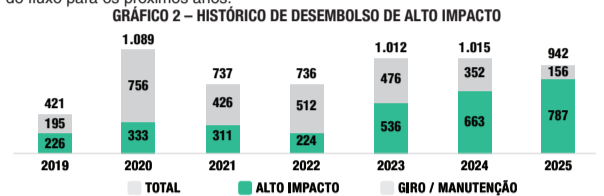


Desde o início da atual gestão, a Desenvolve SP tem focado em operações de Alto Impacto, que priorizam o aumento de capacidade das empresas e produzem efeitos positivos permanentes sobre a atividade econômica, a produtividade e o bem-estar do cidadão.

Uma marca do ano de 2025 foi a execução de uma nova Política de Investimento em Fundos Estruturados. Por meio de Chamadas Públicas para selecionar investimentos de impacto produtivo, ambiental e social, a Desenvolve SP atraiu o interesse de 70 (setenta) gestoras. Ao fim do processo de seleção, concluiu o ano com investimento em 5 (cinco) Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e 6 (seis) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), que alcançaram a marca de R\$ 349 milhões desembolsados.

No setor privado, foram priorizados projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos. Em 2025, os desembolsos de Alto Impacto para o setor privado apresentaram incremento de 23,9% em relação a 2024. Já no setor público, o foco foi em projetos estruturantes, como iluminação pública, saneamento, cidades inteligentes, pavimentação e sustentabilidade ambiental.

Como resultado dessa estratégia, o desembolso agregado de Alto Impacto, considerando os setores privado, público e fundos estruturados, alcançou R\$ 786,7 milhões em 2025, o maior valor da série histórica. Como as operações de Alto Impacto, foco da instituição, necessitam de maior tempo para estruturação e, consequentemente, mais tempo de análise, o desembolso total do exercício ficou aquém da meta inicialmente estabelecida, já sendo tomadas ações para melhorias do fluxo para os próximos anos.



► Setor Privado

Em 2025, os desembolsos diretos de crédito da Desenvolve SP destinados ao Setor Privado totalizaram R\$ 370,5 milhões, representando crescimento de 14,6% em relação ao exercício anterior. As operações atenderam 745 empresas, distribuídas em 187 municípios.

Os financiamentos de investimentos concentraram 74,8% do volume desembolsado, refletindo a estratégia de priorização de operações com maior potencial de geração de valor econômico e produtivo. As operações de capital de giro corresponderam a 25,1%. Sob a ótica setorial, o setor de serviços respondeu por 58% das liberações realizadas no ano, seguido pelos setores industrial (24,5%), comercial (8,8%) e da construção (4,9%). As operações destinadas a pessoas físicas (produtores rurais) corresponderam a 3,8%, segmento que passou a ser atendido em 2025 por meio da Linha Irriga Mais, ampliando o alcance da atuação da Desenvolve SP no agronegócio. Destaca-se, ainda, o desempenho da linha Giro Exportação EUA, lançada em agosto de 2025 com o objetivo de mitigar os impactos do tarifaço norte-americano sobre empresas exportadoras paulistas. A linha apresentou rápida adesão, com desembolsos próximos a R\$ 82 milhões ainda em 2025.

Os desembolsos voltados à inovação atingiram R\$ 92,4 milhões, o maior da série histórica, com crescimento de 17,9% em relação a 2024. Desse montante, 23,1% foi direcionado à microempresas e empresas de pequeno porte, reforçando o papel da instituição no estímulo à inovação e à competitividade empresarial.

► Setor Público

No Setor Público, os desembolsos realizados em 2025 somaram R\$ 223 milhões para 77 prefeituras. Os recursos foram direcionados a projetos estruturantes, com destaque para iluminação pública, usinas fotovoltaicas, extração e tratamento de água, além de outras iniciativas alinhadas à agenda 2030 da ONU, com foco em sustentabilidade ambiental, desenvolvimento urbano e elevação da qualidade de vida.

Ao longo do exercício, observou-se recorde no potencial de financiamentos pelos entes municipais, elevando os pedidos de financiamento de projetos para aproximadamente R\$ 6 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 2,5 bilhões já contavam com aprovação legislativa em 2025, fortalecendo a perspectiva de desembolsos nos exercícios subsequentes.

► Fundos Estruturados

Em 2025, a Desenvolve SP voltou a investir em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e iniciou a alocação em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), ambos enquadrados como operações de Alto Impacto. No exercício, foram aportados R\$ 349 milhões em 11 fundos, sendo 5 FIPs e 6 FIDC.

Por meio dos Fundos, a Desenvolve SP investiu em setores estratégicos como agronegócio, agroflorestal, saneamento, saúde, transformação digital e inovação, fundamentais para a superação de gargalos estruturais e o fortalecimento do

desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo. A seleção criteriosa de gestores especializados ampliou a capilaridade e a efetividade da atuação institucional, otimizando a alocação de recursos e os impactos gerados. Para 2026, a instituição manterá a estratégia de fortalecimento dos investimentos estruturados, com foco na ampliação da carteira, diversificação setorial e promoção da inovação, sustentabilidade e desenvolvimento regional.

Para mais informações sobre os fundos de investimento estruturados, acesse: <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/sobre-a-desenvolve-sp/fundos-investimento-estruturados/>

► Cobrança e Recuperação de Crédito

Por meio da implantação de um processo de cobrança ativa, a instituição alcançou a marca de R\$ 196 milhões, relativa à regularização de operações de crédito em atraso em 2025, aumento de 53,5% em relação ao exercício anterior.

3.2. Financeiro

A Desenvolve SP registrou em 2025 lucro líquido de R\$ 289,2 milhões, aumento de 54,9% em relação a 2024.

As normas contábeis introduzidas pela Resolução CMN 4.966/2021 passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025, e os ajustes foram registrados diretamente na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, na referida data, já considerando os efeitos dos tributos, resultando em uma redução do Patrimônio Líquido de R\$ 16,9 milhões.

O resultado bruto da intermediação financeira alcançou R\$ 536,6 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 134,2 milhões; gerando resultado operacional de R\$ 401,8 milhões. Destaca-se o crescimento de 26,9%, em relação ao exercício anterior, nas receitas de operações de crédito, impactado diretamente pela elevação da taxa SELIC. As receitas de tarifas bancárias sofreram uma redução de 96,87%, em virtude da nova regra de diferimento para a apropriação dessas receitas.

Nas despesas operacionais, houve crescimento de 13,6% nas despesas de pessoal, devido ao aumento do quadro de colaboradores e ao reajuste salarial, bem como a elevação de 36,4% em outras despesas administrativas, preponderantemente causada pelos investimentos em tecnologia da informação, destinados a fazer frente aos objetivos do planejamento estratégico.

No encerramento de 2025, o Patrimônio Líquido alcançou R\$ 3,5 bilhões, enquanto o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) registrou 8,7% e o Índice de Eficiência atingiu 29,9%.

Os ativos somaram R\$ 4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

Tabela 1 - Resumo dos Resultados Financeiros

ÍNDICES	31.12.2025	31.12.2024	VARIAÇÃO
Lucro Líquido	R\$ 289,2 milhões	R\$ 186,8 milhões	+54,9%
Resultado Operacional	R\$ 401,8 milhões	R\$ 259,0 milhões	+55,1%
Índice de Eficiência Operacional*	29,9%	28,9%	+1,0 p.p

*Relação entre as despesas operacionais e a receita bancária

3.3. Funding

Para assegurar condições adequadas de financiamento às operações de crédito e apoiar a execução de sua estratégia institucional, a Desenvolve SP mantém política de diversificação e fortalecimento das fontes de recursos, com foco em prazos e custos, assegurando a aderência às diretrizes de fomento e ao desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo.

Em 2025, a instituição realizou captação externa com garantia da União, por meio de contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 110 milhões, destinada ao financiamento de projetos de infraestrutura nos setores público e privado, com priorização de iniciativas vinculadas a mudança climática e inclusão social.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2026-2030

O Planejamento Estratégico 2026-2030 busca preparar a Desenvolve SP para atuar como instituição promotora do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, em suas três dimensões (ambiental, social e econômico). Foram definidos como pilares de atuação a Inclusão Creditícia, a Produtividade e a Sustentabilidade, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para conhecer o Planejamento Estratégico 2026-2030, acesse o endereço eletrônico: <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/planejamento-estrategico/>

4.1. Plano de Metas Institucionais

Com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da instituição, bem como direcionar a sua estratégia operacional, o Plano de Metas para 2025 contou com cinco indicadores quantitativos com pesos idênticos (20% cada).

A Meta Global¹, na posição 31/12/2025, alcançou 89,2%, conforme apresentado no quadro abaixo.

¹ Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

Tabela 2 - Plano de Metas 2025

DESENVOLVE SP INDICADOR	PESO	DATA-BASE: 31/12/2025		META GLOBAL:	
		META ANUAL	REALIZADO	% META	% META (C/TRAVA)
ÍNDICE DE COBERTURA	0,2	157,6%	192,7%	122,3%	100,0%
PROPORÇÃO DE DESEMBOLSO DE ALTO IMPACTO	0,2	71,6%	91,4%	127,7%	100,0%
DESEMBOLSO TOTAL	0,2	R\$ 1.641.000.000	R\$ 942.466.411	57,4%	57,4%
SALDO DE INADIMPLÊNCIA - SETOR PRIVADO	0,2	R\$ 170.000.000 (teto R\$ 210.000.000)	R\$ 136.080.384	184,8%	100,0%
PROJETOS PRIORITÁRIOS	0,2	100,0%	88,8%	88,8%	88,8%

Fonte: Desenvolve SP (2025).

O resultado do Plano de Metas de 2025 reafirma o compromisso da Instituição com a sustentabilidade financeira e o foco em desembolsos de 'Alto Impacto', refletidos no cumprimento nos indicadores 'Índice de Cobertura', 'Proporção de Desembolso de Alto Impacto', 'Saldo de Inadimplência do Setor Privado' e 'Projetos Prioritários'. O 'Desembolso Total' aquém da meta foi decorrente de dois fatores principais:

- No setor privado, o ambiente macroeconômico desfavorável pela manutenção da taxa básica de juros em patamar elevado, e o maior foco da instituição em financiar projetos de alto impacto, os quais possuem um maior tempo de análise, implicou no total desembolsado abaixo do projetado para o exercício;
- No setor público, conforme destacado anteriormente, foi observada redução nos desembolsos frente ao ano anterior em virtude da mudança de gestão em grande parte dos municípios.

5. ATUAÇÃO

5.1. Mais perto do empreendedor

Em 2025, a Desenvolve SP se aproximou ainda mais dos empreendedores de todo o Estado. Um dos fatores que mais contribuíram para esta proximidade foram os 150 eventos realizados em diversas partes do Estado, dos quais 59 Jornadas de Crédito, que impactaram diretamente quase três mil empreendedores e se consolidaram como instrumento estratégico de divulgação das linhas e programas da instituição, com foco especial em micro e pequenos negócios.

Outra iniciativa de peso para aproximar a Agência de fomento paulista ao agronegócio foi o lançamento de linhas como a Irriga Mais, voltada a projetos de irrigação, energia fotovoltaica no ambiente rural e agricultura de precisão, a qual contribuiu não apenas para mitigar os efeitos dos períodos de estiagem no Estado desde 2024, mas também para garantir colheitas e diversificar culturas de grãos.

Além desta linha, outro incentivo ao setor é a Linha Agro Máquinas, voltada à modernização e o aumento da produtividade no setor agrícola por meio da aquisição de máquinas e equipamentos essenciais para as etapas de preparo, cultivo, colheita e beneficiamento da produção.

Destaca-se também a Unidade de Atendimento Móvel que passou a visitar diversos municípios mais distantes da capital, como forma de ampliar a capilaridade da Desenvolve SP e garantir atendimento presencial em municípios menos desenvolvidos, contribuindo para a inclusão produtiva e o fortalecimento do desenvolvimento regional.

Uma linha nova de extrema relevância foi a Giro Exportador. Lançada em agosto com a finalidade de apoiar as empresas que mantêm relação comercial com os Estados Unidos, impactadas de forma adversa pelo tarifaço imposto pelo governo norte-americano a produtos brasileiros. Em poucos meses, foram liberados R\$ 82 milhões em créditos para diferentes setores exportadores.

Ainda em 2025 foi lançada a Linha Mais Inclusão, com foco em apoiar empresas paulistas que tenham entre seus administradores ao menos uma pessoa com deficiência.

Esse esforço de estar perto do cliente se refletiu também na campanha "Gente que Desenvolve", a qual colocou clientes e colaboradores como protagonistas do desenvolvimento paulista. A iniciativa consolidou a comunicação da Desenvolve SP como extensão de sua atuação estratégica, por meio de histórias reais, evidenciando o impacto do crédito no fortalecimento dos empreendimentos, das cidades e da economia do Estado.

Para mais informações sobre as linhas de atuação da Instituição, acesse nossas páginas:

<https://www.desenvolvesp.com.br/empresas/>

<https://www.desenvolvesp.com.br/municipios/>

<https://www.desenvolvesp.com.br/jornada/>

5.2. Fundos de Desenvolvimento e Garantidores

Em 2025, a Desenvolve SP atuou como administradora de 14 Fundos de Desenvolvimento e Garantidores do Estado de São Paulo, que, em conjunto, alcançam um patrimônio de cerca de R\$ 3,3 bilhões. Esses fundos apoiam políticas públicas em atividades produtivas como microcrédito, agronegócio, habitação, sustentabilidade ambiental, inovação, desenvolvimento regional e infraestrutura.

continua →

→ continuação

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

6. ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL

Em linha com o compromisso da Instituição de integrar as dimensões econômica, social, ambiental e climática à estratégia institucional, implementou ações que fortaleceram a geração de valor e os impactos positivos, no ambiente interno e no financiamento ao desenvolvimento:

• **Inventário de Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE):** Em 2025, a Desenvolve SP elaborou o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) das emissões corporativas relativas ao ano anterior, utilizando a metodologia internacional do programa Protocolo de Gases do Efeito Estufa (GHG Protocol), disponibilizou o resultado no site do programa e recebeu o Selo Prata pelo trabalho e publicação. As informações estão disponíveis no site <https://registropublicoemissoes.fgv.br>

• **Adesão ao SP Carbono Zero:** iniciativa que mobiliza organizações públicas e privadas para a redução e neutralização das emissões de GEE. A instituição recebeu o Selo Ouro, reconhecimento atribuído às organizações que assumem publicamente o compromisso de alcançar a neutralidade de emissões até 2050.

• **Convênio com Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT):** firmado convênio com o Instituto que possui elevada excelência técnica, tem por objetivo acelerar a estruturação de projetos de infraestrutura sustentável nos municípios paulistas por meio de diagnósticos, estudos e projetos. O convênio contará com a expertise da Desenvolve SP de ofertar créditos de longo prazo adequados aos ciclos de maturação desses investimentos em projetos.

• **Programa Água Limpa SP:** O acordo firmado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de SP (Semil) e a Desenvolve SP prevê aportes anuais por parte da Semil de até R\$ 26 milhões anuais até 2030, totalizando mais de R\$ 150 milhões destinados à equalização de juros em financiamentos municipais voltados a tratamento de água e esgoto, resíduos sólidos urbanos, saneamento e drenagem. Esse mecanismo ampliará significativamente a capacidade de investimento dos municípios, criando potencial para financiar mais de R\$ 1,5 bilhão em projetos nessas frentes.

Para mais informações, acesse nossa página: <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/sustentabilidade/>

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

7.1. Movimento Transparência 100%

Foram aprovadas, pela Diretoria Colegiada, as metas a serem atingidas no âmbito do Movimento Transparência 100%, uma iniciativa estratégica da Rede Brasil do Pacto Global da ONU, destinada a fortalecer mecanismos de transparência e integridade nas organizações.

No exercício de 2025, a estratégia adotada concentrou-se na implementação de duas metas. A Meta de "100% de Transparência da Estrutura de Compliance e Governança" promoveu melhorias da estrutura de Governança e Compliance, identificação dos responsáveis e as linhas de reporte até a alta administração, fortalecendo a responsabilização, a autonomia das funções de controle e a prevenção de irregularidades.

Adicionalmente, a Meta de "100% transparência sobre os canais de denúncia" consolidou a transparência e a efetividade dos canais de denúncia, por meio da ampla divulgação de um canal ativo e acessível ao público interno e externo, das garantias de anonimato e não retaliação, das políticas e procedimentos de investigação, bem como de dados agregados sobre o funcionamento do canal. Para mais informações, acesse nossa página:

<https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/>

7.2. Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos

Em 2025, a estrutura de gerenciamento de controles internos, compliance e riscos foi reformulada. Subordinada à Diretoria de Controle de Riscos (DCR), a antiga Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) foi desmembrada e teve suas atividades reorganizadas e segregadas entre a Superintendência de Normas e Compliance (Sunoc) e Superintendência de Controle de Riscos (Suris).

Essa reestruturação tem como objetivo fortalecer a atuação institucional nas frentes de gestão de riscos, controles internos, conformidade regulatória e integridade, proporcionando mais divisões de funções e eficiência operacional, para ampliar a capacidade de prevenção, identificação e mitigação de riscos.

Para mais informações, acesse nossa página:

<https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>

8. GESTÃO DE PESSOAS

Em 2025, dando continuidade às iniciativas de valorização e fortalecimento do seu corpo funcional, a Desenvolve SP avançou em frentes fundamentais de gestão de pessoas, com entregas relevantes em desenvolvimento, saúde e estrutura de carreiras. Foram admitidos 39 novos colaboradores para preenchimento de vagas disponíveis, robustecendo o corpo funcional nas mais diversas áreas da instituição.

No eixo de estrutura e reconhecimento, foi aprovado pelo Conselho de Administração o encaminhamento do novo Plano de Emprego, Carreiras e Salários (PECS) para apreciação das alçadas externas competentes, uma etapa decisiva do projeto de modernização da arquitetura de carreiras que reforça a aderência do modelo às necessidades institucionais.

No campo da gestão de desempenho, foi concluído o primeiro piloto do ciclo de avaliação de desempenho, permitindo testar instrumentos, calibrar critérios e consolidar aprendizados para a implantação gradual do modelo, com foco em maior clareza de expectativas, consistência avaliativa e estímulo ao desenvolvimento contínuo.

No âmbito do desenvolvimento humano, foi lançado Programa de Treinamentos, com a contratação da Febraban para a condução do eixo técnico, com capacitações presenciais e customizadas à realidade da Desenvolve SP, fortalecendo competências direcionadas ao negócio e alinhadas ao plano de metas da companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de dezembro de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$, exceto quanto indicado)

ATIVO	Nota	31.12.2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2025
Disponibilidades	3b e 4	55	Passivos Financeiros		577.092
Ativos Financeiros		3.925.166	Ao Custo Amortizado	3c e 9	577.092
Ao Custo Amortizado	3c, 5a e 5b	2.441.029	Obrigações por empréstimos e repasses	3c e 9	424.299
Títulos e valores mobiliários	3c, 5a e 5b	56.359	Empréstimos no exterior	3c e 9	91.946
Empréstimos e recebíveis de clientes	3c e 6	2.584.112	Outros passivos financeiros	3c e 9	60.847
Outros créditos com caract. de concessão de crédito		79	Obrigações Fiscais Correntes	3k, 10	53.665
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	3e e 6	(199.521)	Outros Passivos	3l e 11	84.561
Perda esperada associada ao risco de crédito	3e e 6	(51.928)	Obrigações Fiscais Diferidas	3k, 10	5.600
Perda incorrida associada ao risco de crédito	3e e 6	(93.670)	Total do Passivo		720.918
Perda adicional associada ao risco de crédito	3e e 6	(53.923)			
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	3c, 5a, 5c e 5f	1.125.533			
Títulos e valores mobiliários	3c, 5a, 5c e 5f	1.125.533	Patrimônio Líquido	13	3.461.849
Ao Valor Justo por meio do Resultado	3c e 5d	358.604	Capital social		3.156.476
Títulos e valores mobiliários	3c, 5a, 5d e 5e	358.604	Reservas de lucros		323.914
Outros Ativos	3l e 7	47.720	Outros Resultados Abrangentes		(18.541)
Ativo Fiscal Diferido	3k e 15	178.087	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.182.767
Imobilizado Líquido	3l e 8a	27.820			
Intangível Líquido	3l e 8b	3.919			
Total do Ativo		4.182.767			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$, exceto quanto indicado)

	Nota	Capital Social			Reservas de Lucro		Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
		Realizado	Legal	Especial	Legal	Especial			
SALDOS EM 01.07.2025		3.156.476	60.614	115.538		(16.602)		3.316.026	
Lucro líquido do semestre	13	-	-	-	-	-	193.787	193.787	
Destinações									
Reservas	13	-	9.689	92.685	-	-	(102.374)	-	
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	13	-	-	-	-	-	(46.025)	(46.025)	
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	13	-	-	45.388	-	-	(45.388)	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3c	-	-	-	-	(1.939)	-	(1.939)	
SALDOS EM 31.12.2025		3.156.476	70.303	253.611		(18.541)		3.461.849	
SALDOS EM 31.12.2024		3.156.476	55.957	182.255		-		3.394.688	
Mudança na Adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 ¹	29	-	-	-	-	(14.657)	(2.309)	(16.966)	
SALDOS EM 01.01.2025		3.156.476	55.957	182.255		(14.657)	(2.309)	3.377.722	
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	13	-	-	(133.079)	-	-	-	(133.079)	
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	-	-	289.236	289.236	
Destinações									
Reservas	13	-	14.346	115.099	-	-	(129.445)	-	
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	13	-	-	-	-	-	(68.146)	(68.146)	
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	13	-	-	89.336	-	-	(89.336)	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3c	-	-	-	-	(3.884)	-	(3.884)	
SALDOS EM 31.12.2025		3.156.476	70.303	253.611		(18.541)		3.461.849	

¹ Contém os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021, sobre mensuração de Instrumentos financeiros a valor justo e adoção de novo critério de Perda Esperada associada ao risco de crédito, conforme descritas nas notas explicativas 2.4a e 29.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Findas em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição" ou Desenvolve SP) é uma Instituição Financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo - SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 52.142, de 6 de setembro de 2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- Fundos governamentais;
- Orçamento estadual;
- Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN ou BCB), advindas da Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020, e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às Normas consubstanciadas no novo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional, e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN, quando aplicável.

Em 1º de janeiro de 2025, a Desenvolve SP adotou a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação comparativa nas Demonstrações Financeiras referentes aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Com o objetivo de melhor compreensão destas Demonstrações Financeiras, foram incluídas informações suplementares no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que corresponde aos saldos em 31 de dezembro de 2024, ajustados aos novos conceitos na data inicial da vigência da Resolução CMN nº 4.966/2021. Vide reconciliação dos saldos patrimoniais na nota explicativa nº 29.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações Financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. As estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os itens mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas periodicamente.

2.3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 5 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

2.4. Normas e Leis que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

a) Resolução CMN nº 4.966/2021

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais.

Em síntese, dentre os principais impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, presentes nas respectivas Demonstrações Financeiras, destacam-se:

• Ativos financeiros passaram a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de "SPPJ").

• As receitas e os encargos atrelados diretamente a origem/missão de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas pela metodologia diferenciada com diferimento linear.

• Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passou a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito".

• Adoção do modelo simplificado de perda esperada para o reconhecimento das Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, e modelo interno de perdas esperadas. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda, antes da ocorrência de inadimplência.

• Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.

• Mudança no critério de baixa de ativos financeiros à prejuízo, que passaram a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários. A reconciliação do Patrimônio Líquido da Instituição demonstrando os efeitos da transição da norma está detalhada na nota explicativa nº 29.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 aborda uma nova classificação e mensuração para os ativos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. A norma estabelece três categorias de classificação para ativos financeiros:

• Custo Amortizado (CA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal - SPPJ" e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

• Valor Justo em outros Resultados Abrangentes (VJORA): Quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal - SPPJ" e o objetivo do modelo de negócios é gerar o retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.

• Valor Justo no Resultado (VJR): Ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de "somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal - SPPJ" ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria Custo Amortizado (CA), com algumas exceções, conforme o artigo 9º desta Resolução.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)

	Nota	2º Sem/2025	31.12.2025
Receitas da Intermediação Financeira		349.438	659.049
Operações de crédito	3a e 6b	250.149	479.005
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio	14a	101.698	195.468
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5g	(2.409)	(15.424)
Despesas da Intermediação Financeira		(28.230)	(66.219)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	14b	(28.230)	(66.219)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira, antes da Perda de Crédito Esperada		321.208	592.830
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6g	(21.022)	(56.222)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		300.186	536.608
Outras Receitas Operacionais e Principais Despesas Operacionais		(64.965)	(134.266)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	14c	32.046	58.992
Despesas de pessoal	14d	(37.548)	(73.541)
Outras despesas administrativas	14e	(51.529)	(103.895)
Despesas tributárias	14f	(17.315)	(32.646)
Outras receitas operacionais	14g	12.055	35.617
Outras despesas operacionais	14h	(2.674)	(18.793)
Despesas de Provisões		(532)	(525)
Trabalhista	12	(604)	(613)
Outras		72	88
Resultado Operacional		234.689	401.817
Resultado não Operacional		(1.682)	(1.231)
Resultado antes da Tributação s/Lucro e Participações		233.007	400.586
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	(35.525)	(105.664)
Imposto de renda e CSLL corrente		(20.536)	(85.160)
Imposto de renda e CSLL diferido		(14.989)	(20.504)
Participação no Lucro		(3.985)	(5.686)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		193.787	289.236
Nº de Ações		2.728.177.414	2.728.177.414
Lucro Líquido por Ação no Semestre/Exercício		0,07103	0,10602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$, exceto quanto indicado)

	2º Sem/2025	31.12.2025
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	193.787	289.236
Ajuste adoção inicial da Resolução CMN 4966/2021 - Ajuste valor justo dos FIP's	-	(14.657)
Ajuste ao valor justo	-	(26.649)
(-) Efeito fiscal	-	11.992
Ajuste valor justo FIP's	(2.074)	(4.413)
Ajuste ao valor justo	(3.771)	(8.023)
(-) Efeito fiscal	1.697	3.610
Ajuste valor justo LFT	135	529
Ajuste ao valor justo	245	961
(-) Efeito fiscal	(110)	(432)
Total do Resultado Abrangente do Semestre/Exercício	191.848	270.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$, exceto quanto indicado)

	Nota	2º Sem/2025	31.12.2025
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre/Exercício antes da Tributação e Participações </			

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
Findas em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

ii. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito
 A Resolução CMN nº 4.966/21 determina a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, garantias financeiras e dos compromissos de crédito e créditos a liberar.
 A Instituição, por pertencer ao segmento S4, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.
 O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados, conforme descritas na nota explicativa nº 31.

iii. Taxa efetiva de juros
 A taxa efetiva de juros equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.
 É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro.

iv. Definição de ativo problemático e cessação do reconhecimento de juros (*stop accrual*)
 A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida Resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como *stop accrual*.

b) Instruções Normativas BCB nº 537 a 543/2024
 Em 5 de novembro de 2024, o BACEN divulgou as Instruções Normativas nº 537 a 543, que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a Instituição adaptou seu plano de contas contábeis interno, de modo a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas divulgadas por tais instruções.

c) Lei nº 14.467/2022
 A partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, tornou os artigos 9º, 9º-A, 10, 11 e 12, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, não mais aplicável às Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A nova legislação estabelece um novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das referidas instituições. As alterações entre a Lei nº 14.467/2022 e a Lei nº 9.430/1996 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. A partir dessa data, as instituições poderão deduzir, na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos inadimplidos e de créditos de pessoas jurídicas em processo falimentar ou em recuperação judicial, conforme os critérios estabelecidos pela nova Lei.

A Lei nº 14.467/2022 determina os fatores de ponderação A e B (Artigo 2º § 2º, I, e II) que correspondem aos percentuais de provisão estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023 (Anexo I) por tipo de carteira de crédito. Esse critério foi adotado para a apuração de IRPJ e CSLL, onde os valores registrados contabilmente não descaem dos valores utilizados para apuração desses tributos.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:
 I. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;
 II. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
- Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
- Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

d) Lei nº 15.078/2024
 Em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.078, que alterou a Lei nº 14.467/2022. Esta Lei dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A principal alteração introduzida pela Lei nº 15.078/2024 refere-se à forma de dedução das perdas com créditos inadimplidos. A partir de 1º de janeiro de 2025, as perdas apuradas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de 1/84 por mês, a partir de janeiro de 2026.

Até 31 de dezembro de 2025, as instituições financeiras têm a opção, de forma irrevogável e irretirável, de efetuar as deduções à razão de 1/120 por mês, a partir de janeiro de 2026. Além disso, fica vedado deduzir as perdas incorridas relativas ao exercício de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução.

Esta medida visa proporcionar maior previsibilidade e controle sobre as deduções fiscais relacionadas a créditos inadimplidos, impactando diretamente a gestão financeira e tributária das instituições financeiras.

e) Normativos revogados
 As seguintes Normas, anteriormente aplicáveis às instituições financeiras, foram revogadas a partir de 1º de janeiro de 2025:

i. A Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999: Estabelecia normas gerais para instituições financeiras em relação à classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

ii. A Resolução nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000: Definia critérios de classificação das operações de crédito e financiamento.

iii. A Resolução nº 3.181, de 29 de março de 2004: Estabelecia procedimentos para a alienação de títulos públicos federais classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

iv. A Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008: Estabelecia procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

v. A Resolução nº 4.036, de 30 de novembro de 2011: Facultava o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado
 As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos pela metodologia diferenciada com diferimento linear. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.
 Para as operações caracterizadas como ativos financeiros com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) as rendas são reconhecidas mediante o recebimento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pró-rata dia" e calculadas com base no método exponencial.

b) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, e são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros
 A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros da Instituição são efetuadas de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução BCB nº 352/2023 e estão descritas a seguir:

I. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros
 A Instituição classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais (características do fluxo de caixa), fazendo com que eles sejam mensurados ao custo amortizado, ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo através do resultado (VJR).

Os passivos financeiros da Instituição são classificados e mensurados conforme sua natureza e finalidade:

- Custo amortizado: Essa é a forma predominante de mensuração para passivos financeiros que não se enquadram como instrumentos de negociação ou derivativos. Inclui, por exemplo, obrigações contratuais típicas como empréstimos.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): Aplicável aos instrumentos financeiros derivativos, ou aos demais instrumentos financeiros, quando a Instituição opta por designá-los ao valor justo, com o objetivo de alinhar a mensuração com a estratégia de gestão de riscos ou evitar inconsistências contábeis (conhecidas como "contabilidade de hedge").

II. Mensuração inicial dos instrumentos financeiros
 Como regra geral, os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento

(com exceção dos ativos mensurados ao valor justo no resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

Caso o valor justo do instrumento mensurado seja diferente do valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, origemação ou emissão do instrumento financeiro, a instituição deve:

- Reconhecer a diferença no resultado do período, para instrumentos financeiros mensurados no nível 1 ou no nível 2 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente;
- Diferir a diferença de acordo com a realização do ganho ou perda, nos demais casos.

As regras de reconhecimento, mencionadas acima, não se aplicam aos instrumentos classificados na categoria custo amortizado mensurados no nível 3 da hierarquia de valor justo, que devem ser reconhecidos pelo valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, origemação ou emissão.

As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros estão apresentadas a seguir:

i. Instrumentos financeiros ao custo amortizado
 Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros, com base na metodologia diferenciada com diferimento linear. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato e, quando aplicável, diminuído pela perda esperada associada ao risco de crédito.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

- Títulos e valores mobiliários: Para atendimento à Política de Gestão de Caixa e ao estabelecido no artigo 6º da Resolução CMN nº 2.828, de 2 de abril de 2001, a Desenvolve SP constitui permanentemente o fundo e reserva de liquidez, com Títulos Públicos Federais, atualmente composto por Letras do Tesouro Nacional - LTN.
- Operações de crédito: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

A Desenvolve SP não reconhece receitas de qualquer natureza ainda não recebidas relativas a operações de crédito com problemas na recuperação (ativo problemático), ou seja, vencidas há mais de 90 dias ou caracterizadas dessa forma por critérios qualitativos. Para essas operações, somente serão apropriadas em resultado quando do efetivo recebimento.

ii. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
 Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através de outros resultados abrangentes, se atender às seguintes condições:

- Gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Na liquidação do instrumento do título, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Títulos e Valores Mobiliários:

- Os Títulos Públicos Federais, que não compõem o fundo e reserva de liquidez, como forma de rentabilizar os recursos em Tesouraria/Caixa e fazer frente a eventuais necessidades de caixa para realização de operações de crédito, tributos e custos/despesas operacionais.
- Fundos de Investimentos em Participações (FIPs): Conforme o artigo 6º da Resolução CMN nº 4.966/2021, "as instituições [...] podem, no reconhecimento inicial, designar, de forma irrevogável, instrumentos patrimoniais de outra entidade para serem classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes". De acordo com a Política de Investimentos, a Desenvolve SP, que tem em sua estratégia o fomento por meio de investimento em FIPs, utilizou dessa prerrogativa para classificar esses investimentos em VJORA, por entender ser mais adequada por: (i) Maior aderência à Resolução CMN nº 2828/2021, uma vez que os ativos adjacentes dos fundos são atividade de fomento e não são destinados a negociação, razão pela qual mensurá-los a valor justo por meio do resultado (VJR), não reflete a adequada mensuração contábil; (ii) Redução da volatilidade no resultado do exercício decorrente de variação (positiva ou negativa) do MtM/valor das cotas, até sua efetiva realização.

iii. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do Resultados (VJR) - instrumentos de patrimônio
 Serão classificados nessa categoria os ativos financeiros que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. De forma geral são mensurados nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal ou quando a Administração o mantém com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

- Cotas de Fundos de Renda Fixa; e
- Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs).

iv. Instrumentos financeiros derivativos
 Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a *hedge* ou não. A Desenvolve SP utiliza os instrumentos financeiros derivativos somente para proteção de posição própria.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

I - *Hedge* de valor justo; e
 II - *Hedge* de fluxo de caixa;

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor ao valor justo, observado o seguinte:

(1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre;

(2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

A Instituição aplicará os novos requerimentos de *Hedge* contábil a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme art. 75 da Resolução CMN 4.966/2021.

III. Hierarquia do valor justo
 Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A hierarquia do valor justo se trata de uma classificação feita em três níveis hierárquicos das informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo para permitir a consistência e a comparabilidade em divulgações.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Instrumentos Financeiros - Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- Instrumentos Financeiros - Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- Instrumentos Financeiros - Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3. Atualmente, a Instituição opera com instrumentos financeiros de Nível 1.

i. Reconhecimento de variação do valor justo
 Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido da até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração do resultado.

IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros
 A Instituição não reclassificou seus instrumentos financeiros no semestre apresentado.

V. Baixa dos instrumentos financeiros
 Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

d) Método de Taxa Efetiva de Juros
 A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Instituição optou em utilizar a "metodologia diferenciada com diferimento linear" para empréstimos e recebíveis de clientes e com características de crédito.

i. Reconhecimento dos custos de transação
 No reconhecimento inicial de instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, o valor apurado na data de aquisição, origemação ou emissão deve ser ajustado da seguinte forma:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os gastos incorridos na aquisição, origemação ou emissão do instrumento que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento, serão reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

Fica facultado o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou origemação do instrumento considerados materiais.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

ii. Aplicação da Taxa de Juros Efetiva em novas operações
 Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a Instituição aplica a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos instrumentos financeiros em novas operações. Esta prática assegura que todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro sejam considerados de maneira precisa.

A aplicação da taxa de juros efetiva permite uma avaliação mais transparente e precisa dos custos e rendimentos dos instrumentos financeiros, refletindo fielmente o custo ou rendimento efetivo do instrumento. A metodologia utilizada pela Instituição é a de diferimento linear da taxa efetiva, que envolve o reconhecimento dos custos de transação e valores recebidos na origemação da operação de forma linear, ou seja, uniformemente durante o período de vigência do instrumento financeiro, proporcionando uma representação mais precisa e consistente dos custos e receitas financeiras ao longo do tempo. Esta metodologia é essencial para garantir a integridade e a clareza das demonstrações financeiras, alinhando-se às melhores práticas contábeis e regulatórias.

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
 A Instituição, por pertencer ao Segmento S4, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o método simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

I. Provisão para perdas incorridas - ativos inadimplidos
 O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 a C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta.

A provisão para perdas incorridas é estimada considerando:

- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e
- No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

II. Provisão adicional
 Conforme a regulamentação vigente, a Instituição constitui a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 a C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

- Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;
- Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e
- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

III. Provisão para perda esperada
 O cálculo de provisão para perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e a segmentação de clientes.

IV. Total da provisão associada a perda de crédito
 O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada.

A Instituição adotou modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional, com emprego de técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos Instrumentos financeiros, bem como o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.

A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da Instituição detentora do instrumento e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas.

f) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito
 O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando:

- Houver atraso superior a 90 dias no pagamento;
- Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
- Houver indicativos de que a obrigação não é honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação é marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, são também marcadas como ativos problemáticos.

A marcação de ativo problemático pode ser revista (Cura) quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros e:

- Existir um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente (seis meses); e
- Existir amortização relevante do saldo devedor do cliente.

A Instituição não reconhece, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A Instituição reconhece os juros das operações com faixa de atraso até 90 dias, não caracterizadas como ativo problemático.

g) Renegociação e reestruturação de instrumentos financeiros
 O valor contábil bruto de ativos financeiros reestruturados é ajustado para refletir o valor presente dos fluxos de caixa, descontados pela taxa de juros efetiva original. A diferença deve ser reconhecida no resultado do período da reestruturação, sem considerar novas concessões de crédito.

Instrumentos financeiros renegociados sem característica de reestruturação, são reavaliados para refletir o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda
 Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e valor justo do bem, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas.

i) Imobilizado de uso e intangível
 Os bens que constituem o imobilizado de uso e os bens intangíveis, são demonstrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada, descritas nas notas 8a e 8b.

j) Redução do valor recuperável de ativos
 Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável.

k) Tributos correntes e diferidos
 Os tributos incidentes sobre o lucro e o faturamento são calculados às alíquotas a seguir demonstradas:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10% ao que exceder R\$ 240/ano)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A composição dos valores dos tributos correntes e diferidos, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão evidenciadas na nota explicativa nº 15.

→ continua

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
Findas em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

l) Outros ativos e ativos
São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados "pró-rata dia" e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos, provisões e passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009.

i. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, salvo, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação, e, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes classificados com expectativa de êxito provável, são divulgados nas demonstrações financeiras.

ii. Provisões

São constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

iii. Passivos contingentes

Conforme definido no CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

n) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020 determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Compromissos de créditos a liberar

Referem-se aos compromissos de desembolso que as instituições financeiras têm em relação aos contratos de crédito que ainda não foram integralmente liberados. Esses compromissos abrangem tanto as partes já comprometidas quanto os valores a serem liberados, conforme as condições contratuais pré-estabelecidas.

A Instituição reconhece inicialmente no balanço patrimonial como passivos ao custo amortizado a provisão para perdas esperadas correspondente aos compromissos de créditos a liberar.

p) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

q) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostas por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras, e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025
Disponibilidades	55
Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota explicativa nº 5d)	77.428
Total	77.483

5. Títulos e valores mobiliários

A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 3c.

a) Classificação contábil dos títulos e valores mobiliários

	31.12.2025
Custo amortizado	56.359
Valor justo em outros resultados abrangentes	1.125.533
Valor justo no resultado	358.604
Total	1.540.496

b) Custo amortizado

	31.12.2025			
	Valor Contábil	Abertura por vencimento		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	
Títulos públicos federais	56.359	-	56.359	56.359
Letras do Tesouro Nacional - LTN	56.359	-	56.359	56.359

c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

	31.12.2025						
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos públicos Federais (LFT)	973.727	3.289	977.016	-	977.016	-	977.016
Cotas de fundos em participações (nota explicativa nº 5f)	183.189	(34.672)	148.517	69.002	-	79.515	148.517
Total	1.156.916	(31.383)	1.125.533	69.002	977.016	79.515	1.125.533

d) Valor justo por meio do resultado (VJR)

	31.12.2025						
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Cotas de fundos de renda fixa	77.428	-	77.428	77.428	-	-	-
Cotas de fundos de direitos creditórios (nota explicativa nº 5e)	269.249	3.753	273.002	-	-	119.793	153.209
Cotas de fundos garantidores de operações	7.767	-	7.767	7.767	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	340	67	407	-	407	-	-
Total	354.784	3.820	358.604	85.195	407	119.793	153.209

e) Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs)

	31.12.2025						
	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor justo	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
BTG Desenvolve SP ^(a)	49.778	148	49.926	49.926	-	-	49.926
Rio Bravo Agro	49.855	1.160	51.015	-	51.015	-	51.015
Régia Desenvolve SP ^(a)	49.999	1.430	51.429	-	51.429	-	51.429
Mauá Saneamento III	20.204	1.088	21.292	21.292	-	-	21.292
Bandeirantes FIDC do Agronegócio	49.811	(131)	49.680	49.680	-	-	49.680
Kijani Desenvolve SP ^(a)	49.602	58	49.660	-	49.660	-	49.660
Total	269.249	3.753	273.002	120.898	152.104	273.002	

^(a) Fundo não exclusivo.

Administradores dos Fundos: BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BTG Desenvolve SP), Banco Daycoval S.A. (Rio Bravo Agro, Régia Desenvolve SP e Kijani Desenvolve SP), Mauá Capital Investimentos Alternativos (Mauá Saneamento III), Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Bandeirantes FIDC do Agronegócio).

Os investimentos em FIDCs observaram a política de investimento da Desenvolve SP, que determina somente investimentos em cotas sêniores. Todos os Fundos investidos têm em seu regulamento a razão de garantia mínima de 20% (subordinação) e são classificados como entidade de investimentos, bem como a Desenvolve SP não participa de nenhum fórum de decisão/gestão dos respectivos Fundos A Instituição assume riscos e benefícios, portanto, a ausência de subordinação exclui a necessidade de consolidação.

f) Cotas de fundos de investimentos em participações (FIPs)

	31.12.2025						
	% participação	Custo	Ganhos/ (perdas)	Valor Justo	Até 1 ano	Acima de 5 anos	Total
Fundo Inovação Paulista ¹	23,81	56.269	10.155	66.424	66.424	-	66.424
Fundo Aeroespacial	9,30	4.118	(1.540)	2.578	2.578	-	2.578
Fundo Finhealth I ²	5,40	45.746	(45.746)	-	-	-	-
Astella Journey Feeder ³	10,46	13.556	(4.378)	9.178	-	9.178	9.178
Lacan Florestal IV Feeder Private	22,76	43.500	1.893	45.393	-	45.393	45.393
Lightrock Latam Fund II Brasil	7,22	20.000	4.944	24.944	-	24.944	24.944
Total		183.189	(34.672)	148.517	69.002	79.515	148.517

¹ O quórum do comitê de investimentos para deliberar sobre investimentos e desinvestimentos, é de maioria simples no qual cada cotista possui direito a um voto. Neste cenário, a Desenvolve SP, possuindo apenas 1 um dentre 7 sete votos possíveis, o que não representa poder decisório majoritário, na governança de investimentos deste Fundo.

² O Fundo Finhealth apresenta elementos que comprometem a obtenção de evidência verificável para suportar valor justo positivo e indicam elevada incerteza quanto à realização econômica no horizonte remanescente. Há deterioração de governança, insuficiência informacional material, marcação de carteira defasada, ausência de demonstrações financeiras auditadas, inexistência de desinvestimentos após longo período e deterioração relevante de investida(s). Considerando essas premissas e a importância das demonstrações financeiras refletirem fidedignidade, na data-base 31/12/2025, foi realizado o ajuste do valor justo do Fundo a R\$ 0,0 (zero).

³ Fundo classificado como entidade de investimento.

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora De Recursos Ltda (Inovação Paulista), BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Aeroespacial e Lightrock Latam Fund II Brasil), Finhealth Gestão De Recursos Ltda (BBI Financeira I), Noronha Trust Ltda (Astella Journey Feeder), Banco Genial S.A (Lacan Florestal IV Feeder Private).

g) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição, visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de hedge) efetuada junto à International Finance Corporation (IFC), se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade swap, registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui o mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de valor justo e, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de hedge são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo (US\$+SOFR+taxa) x (R\$+CDI+2,82%)	31.12.2025		
	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a Pagar/Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)
	158.205	407	(15.424)

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão demonstrados a seguir:

Objeto	31.12.2025		
	Abertura por vencimento		
	31-180 dias	181-360 dias	Total
Objeto	28.116	-	28.116
Instrumento	407	-	407

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

Objeto	31.12.2025			
	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Valor justo	Valor de Mercado
Objeto	158.205	28.049	67	28.116
Instrumento	158.205	340	67	407

6. Operações de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

Operações de Crédito	31.12.2025					
	Valor contábil bruto	Provisão Perdas Incorridas	Provisão Perdas Adicionais	Provisão Perdas Esperadas	Total Provisão Esperadas	Carteira de Crédito Líquido de Provisões
Empréstimos	527.339	(63.354)	(40.895)	(14.171)	(118.420)	408.919
Financiamentos	1.127.800	(30.316)	(13.028)	(19.090)	(62.434)	1.065.365
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	928.973	-	-	(18.665)	(18.665)	910.308
Total	2.584.112	(93.670)	(53.923)	(51.927)	(199.520)	2.384.592

Adicionalmente, existe uma operação com característica de concessão de crédito referente à venda de um imóvel com saldo devedor de R\$ 79,5 mil e R\$ 1,1 mil de provisão para perda esperada, totalizando R\$ 199.521 mil.

b) Receitas da intermediação financeira - operações de crédito

	2º Sem/2025	31.12.2025
Empréstimos	52.025	106.551
Financiamentos	83.234	156.194
Financiamento de Infraestrutura e desenvolvimento	99.376	193.192
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	15.514	23.068
Total	250.149	479.005

c) Carteira de crédito por setor de atividade econômica

Setor Público	31.12.2025	
	Valor contábil bruto	Participação
Administração Direta	1.304.103	50,5%
Setor Privado	1.280.009	49,5%
Serviços	541.537	20,9%
Indústria	462.046	17,9%
Comércio	250.275	9,7%
Pessoa Física	22.633	0,9%
Rural	3.518	0,1%
Total	2.584.112	100,0%

d) Carteira de crédito por carteiras de provisão e prazos de vencimento

Operações em curso normal	31.12.2025					
	C1	C2	C3	C4	C5	Total
Ativos Não Problemáticos						
0 a 14	182.470	279.549	1.811.021	3.445	-	2.276.485
15 a 30	4.503	13.629	76.546	162	-	94.840
31 a 60	8.716	3.306	6.129	-	-	18.151
61 a 90	-	1.578	3.376	-	-	4.954
Subtotal	195.689	298.062	1.897.072	3.607	-	2.394.430
Operações em curso anormal						
Ativos Problemáticos Adimplidos						
0 a 90	18.780	12.672	20.194	2.511	-	54.157
Ativos Problemáticos Inadimplidos						
1 a 30	-	7.057	5.198	13	-	12.268
31 a 60	981	4.591	3.473	-	-	9.045
61 a 90	-	1.629	4.898	3	-	6.530
91 a 180	5.081	7.777	13.481	1	-	26.340
181 a 360	12.818	20.872	20.501	2.939	250	57.380
Acima de 360	3.235	17.314	3.324	89	-	23.962
Subtotal	40.895	71.912	71.069	5.556	250	189.682
Total	236.584	369.974	1.968.141	9.163	250	2.584.112

e) Carteira de crédito e perdas esperadas

Operações em curso normal	31.12.2025		
	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Carteira de Crédito Líquido de Provisões
Ativos Não Problemáticos			
0 a 14	2.276.485	(65.374)	2.211.111
15 a 30	94.840	(3.704)	91.136
31 a 60	18.151	(1.421)	16.730
61 a 90	4.954	(1.718)	3.236
Subtotal	2.394.430	(72.217)	2.322.213
Operações em curso anormal			
Ativos Problemáticos Adimplidos			
0 a 90	54.157	(32.133)	22.024
Ativos Problemáticos Inadimplidos			
1 a 30	12.268	(5.766)	6.502
31 a 60	9.045	(4.446)	4.599
61 a 90	6.530	(3.902)	2.628
91 a 180	26.340	(15.121)	11.219
181 a 360	57.380	(42.761)	14.619
Acima de 360	23.962	(23.174)	788
Subtotal	189.682	(127.303)	62.379
Total	2.584.112	(199.520)	2.384.592

f) Carteira de Crédito por classificação e perdas esperadas

C1	31.12.2025		
	Valor contábil bruto	Perdas esperadas	Carteira de crédito Líquido de provisões
C1	236.584	(27.895)	208.689
Ativo não problemático	195.688	(5.240)	190.448
Ativo problemático	40.896	(22.655)	18.241
C2	369.974	(62.231)	307.743
Ativo não problemático	298.062	(12.019)	

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
Findas em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

h) Compromissos de créditos a liberar

	31.12.2025
Compromissos de Créditos Liberar	521.214
Provisão Perdas Esperadas	(2.937)
Compromissos de Créditos a Liberar Líquido de Provisões	518.277

i) Informações complementares

	31.12.2025
Créditos renegociados ¹	31.511
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	23.068

¹ Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7. Outros ativos

	Circulante	Não Circulante	31.12.2025
Outros valores e bens	911	36.569	37.480
Outros créditos	10.240	-	10.240
Total	11.151	36.569	47.720

a) Outros valores e bens

	Custo	Ajuste ao Valor Recuperável	31.12.2025
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	40.615	(4.046)	36.569
Despesas a apropriar	911	-	911
Total	41.526	(4.046)	37.480

b) Outros Créditos

	Circulante	Não Circulante	31.12.2025
Rendas a receber	5.171	-	5.171
Adiantamento e antecipações salariais	435	-	435
Devedores por depósitos em Garantia	511	-	511
Devedores diversos - País	3.987	-	3.987
Adiantamento para pagamentos por conta da Instituição	136	-	136
Total	10.240	-	10.240

8. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado de uso

	31.12.2025				
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Provisão	Custo líquido de Depreciação
Imóveis de Uso					
- Terrenos	-	11.600	-	(691)	10.909
- Edificações	1,67%	20.161	(3.904)	-	16.257
Outras Imobilizações de uso					
- Móveis e equipamentos	3,33% a 20%	1.838	(1.331)	-	507
- Sistema de Processamento de Dados	20%	283	(165)	-	118
- Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	247	(222)	-	25
- Instalações	10%	72	(68)	-	4
Total		34.201	(5.690)	(691)	27.820

b) Intangível

	31.12.2025		
	Custo	Amortização	Custo líquido de Amortização
Outros Ativos Intangíveis			
Software - Adquiridos	5.444	(4.033)	1.411
Software - gerados internamente	4.426	(1.918)	2.508
Total	9.870	(5.951)	3.919

9. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. A política contábil sobre ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota 3c.

a) Obrigações por repasses no país - instituições oficiais

	31.12.2025				
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total
BNDES	8.255	39.731	42.532	67.155	157.673
FINEP	3.406	14.571	16.724	161.308	196.009
FUNGETUR	3.066	6.889	4.638	52.849	67.442
FINAME	187	915	1.020	1.053	3.175
Total	14.914	62.106	64.914	282.365	424.299

b) Empréstimos no exterior

Tranche	Data da		Taxa de Juros	Valor		Circulante	Não Circulante	Total
	Liberado	Vencimento Final		Liberado	Circulante			
IFC-1	14/05/2021	16/03/2026	SOFR+ 2,87826% ¹	158.205	28.116	-	-	28.116
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	26.097	-	-	26.097
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	19.655	-	-	19.655
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	18.078	-	-	18.078
Total				430.015	91.946	-	-	91.946

¹ O instrumento de hedge também foi ajustado (vide nota explicativa n° 5g).

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado swap *offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em Reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC) teve tranche única, no montante de US\$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa n° 5g para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

	31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos para destinação específica¹			
Programa Água Limpa	2.438	22.791	25.229
Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR	18.630	-	18.630
Programa Frota Nova Município	125	11.160	11.285
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	11	1.581	1.592
Programa Irriga Mais	36	1.067	1.103
Subtotal	21.240	36.599	57.839
Depósitos Vinculados	71	-	71
Perda esperada para operações de crédito a liberar	-	2.937	2.937
Subtotal	71	2.937	3.008
Total	21.311	39.536	60.847

¹ Referem-se a recursos do FUNGETUR destinados à concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo à Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

10. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações fiscais correntes ^(a)	53.427	238	53.665
Obrigações fiscais diferidas ^(b)	-	5.600	5.600
Total	53.427	5.838	59.265

a) Obrigações fiscais correntes

	31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda	21.484	-	21.484
Contribuição social	24.240	-	24.240
Impostos e contribuições sobre salários	4.295	238	4.533
COFINS	2.319	-	2.319
PIS	377	-	377
Outros	712	-	712
Total	53.427	238	53.665

b) Obrigações fiscais diferidas

	31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e contribuições diferidos ¹	-	5.600	5.600
Total	-	5.600	5.600

¹ Passivo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias entre normas contábeis e fiscais.

11. Outros passivos

	31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Outras obrigações (b)	29.373	850	30.223
Sociais e estatutárias (a)	52.003	-	52.003
Contingências (nota explicativa n° 12)	2.335	-	2.335
Total	83.711	850	84.561

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	48.317	-	48.317
Participação nos lucros	3.686	-	3.686
Total	52.003	-	52.003

b) Outras obrigações

	31.12.2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para despesas administrativas	11.426	-	11.426
Fornecedores	6.856	-	6.856
Provisões para despesas de pessoal	5.145	850	5.995
Credores diversos	2.788	-	2.788
Adiantamentos por fundos garantidores de operações	1.333	-	1.333
Cobrança e arrecadação de tributos	1.488	-	1.488
Tarifas antecipadas	337	-	337
Total	29.373	850	30.223

12. Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

	01.01.2025	Baixa	Provisão	Reversão	31.12.2025
Trabalhista	1.007	(169)	783	-	1.621
Cível	804	(208)	133	(14)	715
Total	1.811	(377)	916	(14)	2.336

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

	31.12.2025
Trabalhista	1.933
Cível	1.783
Total	3.716

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social de R\$ 3.156.476 está representado por 2.728.177.414 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

i) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram considerados para essa reserva o montante de R\$ 14.346.

ii) Reserva Especial de Lucro

A Reserva Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por propostas dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R\$ 204.435 em 31 de dezembro de 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos juros sobre o capital próprio adicionais do valor de R\$ 57.020 e dividendos adicionais no valor de R\$ 76.059, referentes ao exercício de 2024.

iii) Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposto no artigo 45 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

	31.12.2025
Lucro Líquido do exercício	289.236
Ajustes de transição Resol. CMN n° 4.966/2021 - LPA ¹	(2.309)
Base para constituição de reserva Legal	286.927
(-) Reserva Legal	(14.346)
Base de Cálculo Ajustada	272.581
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% JCP	68.146
JCP Adicionais propostos	89.336
Reservas de lucros	115.099

¹ Conforme previsto na Lei n° 6.404/1976, absorção do ajuste realizado em lucros/prejuízos acumulados decorrente da adoção à Resolução CMN n° 4.966/2021.

14. Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de juros e similares com títulos e valores mobiliários

	2° Sem/2025	31.12.2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	85.038	170.353
Rendas com aplicações em fundos de investimentos	12.949	20.313
Lucro com títulos de renda fixa	472	1.318
Reversão de provisão Cotas Fundos Garantidores	-	125
Ajuste a Valor justo FIDC	3.633	3.753
(-) Custo de Originação FIP	(394)	(394)
Total	101.698	195.468

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	2° Sem/2025	31.12.2025
Despesa de Repasses - BNDES	(8.018)	(23.059)
Despesa de Empréstimos no Exterior	(7.829)	(18.353)
Despesa de Repasses - FUNGETUR	(3.798)	(8.387)
Despesas de obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(4.063)	(7.967)
Despesa de Repasses - FINEP	(4.365)	(8.086)
Despesa de Repasses - FINAME	(157)	(367)
Total	(28.230)	(66.219)

c) Receita de prestação de serviço

	2° Sem/2025	31.12.2025
Rendas de Prestação de Serviços ¹	31.794	58.725
Rendas de Tarifas	252	267
Total	32.046	58.992

¹ Em contrapartida à administração de fundos, a Instituição é remunerada conforme evidenciado na nota explicativa n° 16.

d) Despesas de pessoal

	2° Sem/2025	31.12.2025
Proventos	(18.151)	(35.982)
Benefícios	(8.152)	(15.507)
Encargos	(6.929)	(14.008)
Honorários Diretores e Conselheiros	(3.021)	(5.886)
Estagiários	(809)	(1.437)
Treinamento	(486)	(721)
Total	(37.548)	(73.541)

e) Despesas administrativas

	2° Sem/2025	31.12.2025
Processamento de Dados	(21.209)	(46.692)
Serviços Técnicos Especializados	(10.537)	(20.486)
Legais e Judiciais	(6.026)	(11.595)
Propaganda e Publicidade ¹	(2.759)	(6.339)
Serviços de Terceiros	(1.746)	(3.255)
Contribuições Filantrópicas	(2.700)	(2.700)
Manutenção e Conservação	(1.395)	(2.663)
Relações Públicas ²	(1.287)	(2.504)
Outras (Copa, Cozinha, Limpeza etc.)	(594)	(1.390)
Transporte	(666)	(1.182)
Amortização	(566)	(1.131)
Serviços do Sistema Financeiro	(467)	(1.093)
Depreciação	(274)	(551)
Material de Escritório	(354)	(456)
Serviços de Vigilância e Segurança	(259)	(438)
Publicações	(153)	(403)
Viagens no País	(214)	(356)
Água, Energia e Gás	(180)	(355)
Comunicações	(106)	(227)
Seguros	(37)	(79)
Total	(51.529)	(103.895)

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
Findas em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

	2º Sem/2025	31.12.2025
g) Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesas¹	7.722	17.131
Variação cambial s/empréstimo no exterior	318	9.378
Reversão prov. despesas administrativas	3.917	7.940
Ajuste valor justo s/empréstimo no exterior	1	980
Outras	97	188
Total	12.055	35.617

¹ Refere-se ao ressarcimento de custas processuais e consultas de análise de crédito efetuados pela Desenvolve SP para os Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, administrados pela Desenvolve SP.

h) Outras despesas operacionais

	2º Sem/2025	31.12.2025
Perdas com operações de crédito	(1.074)	(14.624)
Fraudes externas	-	(2.552)
(-) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos de uso	(691)	(691)
Outras	(909)	(926)
Total	(2.674)	(18.793)

15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	2º Sem/2025		31.12.2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	233.007	233.007	400.586	400.586
Participação dos empregados	(3.695)	(3.695)	(5.686)	(5.686)
Resultado após a participação dos empregados	229.312	229.312	394.900	394.900
Alíquotas Vigentes¹	25%	20%	25%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes	(57.328)	(45.862)	(98.725)	(78.980)
Adições	(19.685)	(15.442)	(55.182)	(43.839)
Exclusões	26.861	21.480	65.018	51.996
Incentivos fiscais	3.167	-	3.555	-
Prorrogação de licença maternidade	53	-	131	-
Juros sobre capital próprio	36.789	29.431	39.370	31.496
Imposto de Renda e CSLL Corrente	(10.143)	(10.393)	(45.833)	(39.327)
Ativo fiscal diferido	(7.346)	(5.877)	(10.394)	(8.315)
Passivo fiscal diferido	(981)	(785)	(997)	(798)
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(8.327)	(6.662)	(11.391)	(9.113)
Imposto de Renda e Contribuição Social de Período	(18.470)	(17.055)	(57.224)	(48.440)

b) Natureza e origem dos ativos e passivos fiscais diferidos

AFD - Diferença Temporária	01.01.2025	Baixa	Constituição	31.12.2025
Provisão para devedores duvidosos	147.584	(130.059)	129.928	147.453
Rendas de atraso	6.968	-	-	6.968
Provisão para desvalorização de AMV	1.065	-	756	1.821
Provisão desvalorização de cotas de FIP	12.048	(56)	3.610	15.602
Provisão para ações judiciais	936	(305)	421	1.052
Provisão para desp. administrativas	9.623	(8.947)	4.466	5.142
Provisão para outros créditos	5	-	44	49
Total	178.229	(139.367)	139.225	178.087

c) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	Total
Valor Nominal	40.723	20.571	43.264	20.311	18.953	17.211	15.520	826	479	229	178.087
Valor Presente	36.279	16.585	31.782	13.626	11.611	9.630	7.930	386	204	89	128.123

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC acumulada para o período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

16. Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No semestre, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP - A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R\$ 8.044 (R\$ 3.248 no 2º sem/2025), serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da Instituição R\$ 251 (R\$ 99 no 2º sem/2025), serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo R\$ 16.265 (R\$ 7.341 no 2º sem/2025), plataforma de colaboração e produtividade R\$ 7.340 (R\$ 2.222 no 2º sem/2025), serviços de locação de notebooks com fornecimento de software, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção "on site" R\$ 1.554 (R\$ 996 no 2º sem/2025) e serviços de gestão de processos e documentos e certificados digitais R\$ 90 (R\$ 9 no 2º sem/2025).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT - A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No exercício de 2025, as despesas totalizaram R\$ 218 (R\$ 87 no 2º sem/2025).

FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - Prestação de serviços de administração e gestão de recursos de Fundos públicos. No exercício de 2025, as receitas com administração dos Fundos totalizaram R\$ 56.259 (R\$ 29.999 no 2º sem/2025), as receitas com liberação de recursos R\$ 2.466 (R\$ 1.795 no 2º sem/2025) e as receitas com recuperação de despesas R\$ 15.940 (6.911 no 2º sem/2025). Em 31 de dezembro de 2025, está registrado no ativo o valor a receber de R\$ 6.480, R\$ 5.171 referente os serviços de administração e gestão dos Fundos públicos e R\$ 1.309 referente reembolso de serviços jurídicos e custas judiciais.

FUNDO ESTADUAL DO IDOSO - Doação de R\$ 300 no 2º sem/2025.

FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Doação de R\$ 300 no 2º sem/2025.

Descrição	31.12.2025					Total
	Prodesp	Fundos	IPT	Fundo Estadual do Idoso	Fundo Estadual dos Direitos da Criança	
Ativo	-	6.480	-	-	-	6.480
Administração de Fundos Públicos Estaduais	-	6.480	-	-	-	6.480
Resultado	-	-	-	-	-	-
Administração de Fundos Públicos Estaduais	-	74.665	-	-	-	73.540
Serv. consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(16.265)	-	-	-	-	(16.265)
Serv. hospedagem servidor externo	(8.044)	-	-	-	-	(8.044)
Serv. locação de notebooks e fornecimento de software	(1.554)	-	-	-	-	(1.554)
Serv. plataforma de colaboração e produtividade	(7.340)	-	-	-	-	(7.340)
Serv. publicidade legal	(251)	-	-	-	-	(251)
Serv. técnico especializado de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação	-	(218)	-	-	-	(218)
Gestão de processos e documentos e certificados digitais	(90)	-	-	-	-	(90)
Doação	-	-	(300)	(300)	(300)	(600)
Total	(33.544)	74.665	(218)	(300)	(300)	39.178

Descrição	2º Sem/2025					Total
	Prodesp	Fundos	IPT	Fundo Estadual do Idoso	Fundo Estadual dos Direitos da Criança	
Ativo	-	6.480	-	-	-	6.480
Administração de Fundos Públicos Estaduais	-	6.480	-	-	-	6.480
Resultado	-	-	-	-	-	-
Administração de Fundos Públicos Estaduais	-	37.580	-	-	-	37.580
Serv. consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(7.341)	-	-	-	-	(7.341)
Serv. hospedagem servidor externo	(3.248)	-	-	-	-	(3.248)
Serv. locação de notebooks e fornecimento de software	(996)	-	-	-	-	(996)
Serv. plataforma de colaboração e produtividade	(2.222)	-	-	-	-	(2.222)
Serv. publicidade legal	(99)	-	-	-	-	(99)
Serv. técnico Especializado de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação	-	(87)	-	-	-	(87)
Gestão de processos e documentos e certificados digitais	(9)	-	-	-	-	(9)
Doação	-	-	(300)	(300)	(300)	(600)
Total	(13.915)	37.580	(87)	(300)	(300)	22.978

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Sem/2025	31.12.2025
Benefícios de Curto Prazo	11.058	21.074
Superintendentes	7.816	14.160
Diretoria¹	1.517	3.648
Conselho de Administração¹	755	1.496
Comitê de Auditoria	628	1.257
Conselho Fiscal	342	513
Outros Benefícios de Longo Prazo	288	575
Diretoria¹	288	575
Total	11.346	21.649

¹ Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

17. Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabelece a segmentação das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para aplicação proporcional da regulação prudencial.

A Desenvolve SP está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse enquadramento determina exigências regulatórias específicas que influenciam sua estrutura de gerenciamento de riscos e capital.

18. Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) define os riscos que a instituição está disposta a assumir, os limites para cada tipo de risco e sua tolerância a variações inesperadas.

A RAS é um instrumento estratégico que reflete a disposição e capacidade da Desenvolve SP em gerenciar riscos de maneira controlada, garantindo conformidade regulatória e alinhamento aos objetivos estratégicos.

Alinhada ao Planejamento Estratégico para o período de 2026 a 2030, a RAS foi revisada para o mesmo período ao final de 2025, tendo sido aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da Instituição.

19. Integração entre os riscos

A abordagem de gerenciamento de riscos da Desenvolve SP visa assegurar que os diferentes tipos de risco sejam tratados de maneira integrada, evitando efeitos adversos cumulativos e garantindo maior eficiência na alocação de capital.

A instituição adota uma abordagem integrada para os riscos relevantes: crédito, operacional, liquidez, social, ambiental, climático e de mercado. Desde janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros na carteira bancária (IRRBB) também passou a ser considerado relevante, sendo calculado conforme metodologia estabelecida pelo Bacen.

Para mitigar impactos, são implementadas medidas preventivas, tais como testes de estresse e monitoramento contínuo e integração de cenários na gestão de capital.

20. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da Instituição.

20.1 Estrutura Organizacional

A responsabilidade pelo gerenciamento de riscos e de capital é da Superintendência de Controle de Riscos (Suris), vinculada à Diretoria de Controle de Riscos. A Suris atua por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geris).

20.2 Estrutura de Sistemas

A instituição dispõe de um sistema interno que abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, o monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos riscos considerados relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter capital compatível com esses riscos.

21. Políticas de gerenciamento de riscos e de capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A Desenvolve SP conta com uma Diretoria de Controle de Riscos (DCR), cuja missão é assegurar que os riscos decorrentes da concessão de crédito e de outras atividades relevantes sejam identificados, controlados e mitigados. Esse processo visa garantir a proteção dos ativos, a sustentabilidade dos negócios e a otimização da alocação de capital.

A estrutura da DCR foi revisada ao final de 2025, sendo agora composta por quatro unidades subordinadas: Superintendência de Crédito (Sucre), Superintendência de Controle de Riscos (Suris), Superintendência de Normas e Compliance (Sunoc) e Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup).

A Sucre, Suris e Susup possuem responsabilidades específicas em relação ao risco de crédito:

• Sucre:

- Planejar, implementar e administrar princípios de crédito;
- Propor as políticas de cadastro e crédito;
- Gerir granularmente a carteira de crédito, incluindo a análise de inadimplência e a execução de ações corretivas para mitigação de riscos;
- Analisar a viabilidade econômico-financeira dos projetos de investimento de empresas;
- Definir e propor as alçadas competentes as políticas e os processos de cobrança que viabilizem a redução das perdas financeiras com inadimplência.

• Suris:

- Definir e propor às alçadas competentes a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito e a Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição;
- Monitorar potenciais perdas financeiras oriundas do risco de crédito;
- Propor ações de melhoria nas políticas, regras e parâmetros de crédito e de operações financeiras nas suas respectivas instâncias, quando da identificação de tendências de materialização de riscos que comprometam os níveis de capital e os resultados estimados da instituição;
- Supervisionar os limites regulatórios e gerenciais relacionados ao risco de crédito, garantindo a conformidade com a regulamentação vigente e a efetividade dos controles internos;
- Coordenar a elaboração, revisão e implementação das metodologias de risco de crédito, incluindo modelos de estimativa de perdas, segmentação de carteira, análise de concentração de risco e avaliação de ativos problemáticos;
- Validar e atualizar periodicamente as premissas utilizadas nos modelos de risco, garantindo aderência à regulamentação e às melhores práticas de mercado;
- Reportar periodicamente os indicadores de risco e as exposições significativas ao Comitê de Riscos e Controles Internos (CRC).

• Susup:

- Formalizar as operações de crédito aprovadas pelas devidas instâncias, averiguando sua conformidade;
- Administrar as atividades desenvolvidas por empresas terceirizadas para prestação de serviços de avaliação e vistoria de bens oferecidos em garantia, bem como o acompanhamento de projetos de investimento, garantindo o cumprimento das condições contratadas;
- Analisar, processar e controlar a documentação e as garantias das operações de crédito, assegurando sua adequação às normas internas operacionais, à regulamentação e legislação vigente.

Cabe destacar que a gestão do risco de crédito é realizada de forma segregada entre a Suris e a Sucre, de acordo com suas respectivas competências.

O valor destinado à alocação de capital para o risco de crédito é representado pela parcela **RWA_{CRAD}**, calculada em conformidade com a regulamentação vigente.

b) Risco Operacional

A metodologia para mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional está em fase de revisão, visto que a revisão do mapeamento de riscos dos processos da instituição está em andamento. Tal metodologia é de alçada de aprovação do Comitê de Riscos e Controles Internos.

A alocação de capital para esse risco é determinada pelo cálculo da parcela **RWA_{OPAD}**, utilizando a Abordagem Padronizada, conforme a metodologia definida pelo Banco Central do Brasil.

b) Risco de Liquidez

O controle de liquidez na Desenvolve SP é realizado por meio de procedimentos diários.

O Plano de Contingência de Liquidez, que integra as diretrizes da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, garantindo a operacionalização e a eficácia dos mecanismos de monitoramento e resposta a eventuais tensões de liquidez.

c) Riscos Social, Ambiental e Climático

A Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) define os critérios socioambientais e climáticos que devem ser observados na concessão de crédito, na avaliação de garantias e nas contratações administrativas. O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (SARASC) integra procedimentos que devem ser incorporados nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações, avaliação de garantias e renegociações, assegurando a integração dos aspectos socioambientais e climáticos nas operações e decisões da instituição.

d) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que a carteira da instituição é composta por operações de crédito e pelos recursos da tesouraria - classificados na carteira bancária e não na carteira de negociação - o risco de mercado é representado pelo IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), cujo cálculo está em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil.

O IRRBB é considerado um risco relevante, não compondo o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), mas atuando na redução da margem de alavancagem. Assim, deve ser apurado de forma complementar às necessidades de capital, monitorado e controlado em função da margem de alavancagem, com reportes periódicos à alta administração, para a estimativa de um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos assumidos.

e) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Desenvolve SP possibilita a avaliação contínua da necessidade de capital para absorção dos riscos aos quais a instituição está exposta. O Plano de Capital, aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, está alinhado com o planejamento estratégico institucional e é complementado pelo Plano de Contingência de Capital. Para um horizonte de três anos, são projetados todos os índices de capital, permitindo a análise e a adequação da futura posição de capital da instituição.

22. Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Desenvolve SP divulga, anualmente, o Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital. A responsabilidade pela divulgação desse relatório é do Diretor de Controle de Riscos, que gerencia os riscos e o capital da instituição. A divulgação inclui a disponibilização, em formato flexível conforme as diretrizes do Bacen, da tabela OVA - Visão Geral do Gerenciamento de Riscos. A produção das informações é de competência da Suris.

23. Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC)

O Relatório GRSAC tem por objetivo descrever a governança do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático. Esse relatório evidencia o papel do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada e do Diretor de Controle de Riscos, na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação desses riscos, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com periodicidade anual, o relatório é apresentado por meio da Tabela GVR - Governança do Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático, conforme determina o Bacen.

24. Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange todos os riscos relevantes, conforme definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da instituição. Esses testes são fundamentais para validar a resiliência do portfólio de riscos diante de cenários adversos.

25. Relatórios

Estão disponíveis, por meio do Painel de Riscos, na intranet da instituição, informações gerenciais que abordam o gerenciamento de riscos e de capital.

Trimestralmente, ou em caráter emergencial, as informações do Painel de Riscos são apresentadas à Diretoria Colegiada, ao Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

26. Limites Operacionais

As Resoluções CMN nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, orientam os cálculos para o requerimento de capital compatível com os riscos das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

No âmbito de Basileia III, foram estabelecidas regras para assegurar a compatibilidade do capital com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional. Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas para suportar esses riscos é realizado com base nos modelos padronizados divulgados pelo Bacen.

Destaca-se que a instituição evidencia parcela de seu Patrimônio de Referência (PR) para operações de crédito com o setor público, a qual, somada ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontada do PR. Esse PR é denominado Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PR_{lim}), base para o cálculo de todos os limites operacionais.

continua →

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
Findas em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Assim, a Desenvolve SP opera dentro dos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme ilustrado no quadro abaixo:

	VALORES EM R\$ MIL	
	JUN/2025	DEZ/2025
ADEQUAÇÃO DE CAPITAL		
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	3.325.257	3.471.645
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	2.725.257	2.871.645
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.725.257	2.871.645
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	3.325.257	3.471.645
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	-	-
CAPITAL PRINCIPAL	3.325.257	3.471.645
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	600.000	600.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	28.744	27.820
PARCELA RWA _{CPAD} - Parcela referente ao risco de crédito - Abordagem padronizada	2.794.868	3.508.519
PARCELA RWA _{MPAD} - parcela referente ao risco de mercado - Abordagem padronizada	774	509
PARCELA RWA _{OPAD} - Parcela referente ao risco operacional - Abordagem padronizada	427.594	581.779
IRRBB - Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária	109.895	91.310
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	3.223.235	4.090.807
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	1.333.884	1.408.003
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022	80.581	102.270
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP	2.276.922	2.350.801
ÍNDICE DE BASILEIA (Mínimo Bacen = 10,5%, considerando ACP)	84,55%	70,20%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	84,55%	70,20%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	84,55%	70,20%

27. Análise de Sensibilidade

A Desenvolve SP classifica todas as operações de crédito e de tesouraria na carteira bancária, não possuindo operações na carteira de negociação. Conforme as condições previstas na Resolução nº 02, de 12 de agosto de 2020, do Banco Central do Brasil, a instituição realiza análises de sensibilidade aplicando testes de estresse aos instrumentos da carteira bancária, os quais são suscetíveis ao risco de variação de taxas de juros.

Os testes de estresse consistem em simulações por meio de choques paralelos nas curvas de juros, para mensurar a eventual perda do PR_{RWA}.

Tais análises abrangem tanto as exposições da carteira ativa quanto da passiva, com os resultados apresentados de forma consolidada, considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
REDUÇÃO DO PR _{RWA} , EM PERCENTUAL, DEVIDO A AUMENTO NAS CURVAS DE JUROS, POR MEIO DE CHOQUES PARALELOS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Taxa de Juros Prefixada	0,1953%	0,4656%	0,8637%
Cupom de taxa de juros - TJLP	0,0000%	0,0000%	0,0001%
Cupom de taxa de juros - TLP	-0,0067%	-0,0161%	-0,0307%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,3155%	0,7344%	1,3154%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0000%	0,0001%	0,0002%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0274%	0,0620%	0,1065%
Cupom de taxa de juros - TR	0,0199%	0,0473%	0,0872%

Nota: O PR utilizado é o Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PR_{RWA}).

Cenário 1: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 2 pontos percentuais.

Cenário 2: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 5 pontos percentuais.

Cenário 3: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, correspondentes a 10 pontos percentuais.

28. Outras informações

a) Resultados recorrentes/não recorrentes

	31.12.2025		
	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	659.049	-	659.049
Despesas da Intermediação Financeira	(122.441)	-	(122.441)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	536.608	-	536.608
Outras Receitas (Despesas) operacionais	(134.791)	-	(134.791)
Resultado Operacional	401.817	-	401.817
Resultado não operacional	(1.231)	-	(1.231)
Resultado antes da Tributação sobre Lucro e Participações	400.586	-	400.586
Imposto de Renda e Contribuição social	(105.664)	-	(105.664)
Participações no Lucro	(5.686)	-	(5.686)
Lucro líquido	289.236	-	289.236

29. Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Instituição adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar

DIRETORIA COLEGIADA	
Ricardo Dias de Oliveira Brito - Diretor Presidente e Diretor de Controle de Riscos em exercício	
Karen Kemely Mussi Mherab - Diretora Financeira	
Flávio Duarte de Oliveira - Diretor Administrativo	
Gustavo José Melo Santos - Diretor de Negócios	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente do Conselho de Administração	
Luisa Mayumi Sato - Representante dos Empregados	Jorge Tatino Júnior
Patrícia Regina Verderesi Schindler - Membro Independente	Eduardo Walmsley Soares Carneiro
	Marcelo Bergamasco Silva
	Marcelo Diniz de Paula Rocha - Membro Independente
	Ricardo Dias de Oliveira Brito
	Fabício Rodrigues da Cruz
COMITÊ DE AUDITORIA	
Bruno Ribeiro da Rocha	Alexandre Xavier Ywata de Carvalho
	Marcelo Diniz de Paula Rocha - Coordenador
	Maurício Pozzobon Martins
	Luana Roriz Meireles
CONSELHO FISCAL	
Eduardo Aggio de Sá - Efetivo	Eugênia Cristina Cleto Marolla - Efetiva
João Rodrigues da Silva Filho - Suplente	Diogo Colombo de Braga - Suplente
	Jorge Luiz de Lima - Efetivo
	Arthur Vicente Neto - Suplente
	Humberto Macedo Pucinelli - Efetivo
	Roberto Yoshikazu Yamazaki - Suplente
	Juliana Augusto Cardoso - Efetiva
	Marcos Akamine Wolff - Suplente

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA - Março de 2025 a fevereiro de 2026**1. INTRODUÇÃO****1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê" ou "CAE") da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Desenvolve SP") foi instituído em novembro de 2012, observados a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910, de 27 de maio de 2021 e o artigo 24 do Estatuto Social da instituição. Sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e no seu Regimento Interno.

1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria

O CAE é um órgão de assessoria ao Conselho de Administração, portanto sem poder decisório ou atribuições executivas. Seu objetivo é monitorar a qualidade das demonstrações financeiras, assim como os sistemas de controles internos, conformidade, integridade e o gerenciamento de riscos da organização.

1.3 Composição

O CAE, com funcionamento permanente, é composto, atualmente, por cinco membros, com mandato de 5 anos, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do CAE são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Em fevereiro de 2026, o CAE encontra-se composto por:

- Marcelo Diniz de Paula Rocha - Coordenador;
- Alexandre Xavier Ywata de Carvalho;
- Bruno Ribeiro da Rocha;
- Luana Roriz Meireles;
- Maurício Pozzobon Martins.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O CAE se reuniu quinze vezes entre março de 2025 a fevereiro de 2026, realizando 158 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações à Administração da Desenvolve SP a respeito de melhorias nos processos. Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e Auditores independentes, Conselho Fiscal. O Coordenador do Comitê relatou nas reuniões mensais do Conselho de Administração os assuntos relevantes discutidos e registrados, resumidamente, nas atas das reuniões, as quais são encaminhadas previamente àquele colegiado superior, bem como apresentou os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos Auditores Independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são divulgadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

O CAE avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração, as providências com vistas aos respectivos atendimentos e acompanhando o processo de implementação delas.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À ADMINISTRAÇÃO

O CAE efetuou recomendações à Administração e às unidades técnicas da instituição visando ao aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos.

As recomendações foram analisadas pelos gestores responsáveis e implantadas e acompanhadas, até a sua conclusão, pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (SURIC) até outubro de 2025, e, após esse período, estão sendo acompanhadas pela Superintendência de Normas e *Compliance* (SUNOC). Todas as recomendações são apresentadas ao Conselho de Administração, junto ao relatório mensal das atividades do CAE.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e atuando sob a supervisão técnica do CAE, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos (Suris) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela Administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A Auditoria Independente é responsável pelo exame das demonstrações financeiras relativas ao período e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua avaliação dos controles internos para emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar. Cabe ao CAE assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e efetividade das Auditorias Interna e Independente, além da conformidade e suficiência dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras.

Visando mitigar os riscos de crédito, conforme indícios de fraudes identificados em 2022, bem como a reincidência de casos, foram promovidas diversas melhorias nos processos e controles internos. A Suris, a Sunoc e a Audin vêm sistematicamente monitorando as operações de crédito e os riscos, que são inerentes ao negócio, e apresentando seus resultados em relatórios periódicos ao CAE. Adicionalmente, em janeiro de 2026, o Comitê de Auditoria, ao analisar relatório elaborado pela Auditoria Interna sobre indícios de fraude em prospecções e/ou operações de crédito, recomendou a Desenvolve SP empenho na implementação das medidas já mapeadas e que ainda se encontram pendentes, de maneira a manter a continuidade dos trabalhos de melhoria dos controles internos utilizados nos processos de prospecção, análise e formalização de crédito.

informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/2021 devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. A seguir, apresentamos quadro resumo dos ajustes descritos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023 e o respectivo efeito no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários:

Instrumento Financeiro	Descrição	Valor contábil em		Valor novo critério	Ajuste	Efeito tributário	Efeito Patrimônio Líquido
		31.12.2024	31.12.2024				
Letra Financeira do Tesouro	Mensuração ao valor Justo (VJORA)	1.193.908	1.196.237	2.328	(1.047)	1.280	
Operações de crédito	Reconhecimento dos juros de op. Vencidas entre 60 e 90 dias ¹	10.818	10.902	84	(38)	46	
Provisão para Perda Esperada associada ao risco de crédito	Nova metodologia de apuração ²	(171.461)	(204.721)	(33.260)	14.967	(18.293)	

Efeito no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários, em 1º de janeiro de 2025 (Resolução CMN 4.966/21) **(16.966)**

¹ Até 31/12/2024, a apropriação de receita de juros relacionada a empréstimos e recebíveis de clientes cessa quando as operações atingem 60 dias de atraso, enquanto a partir de 01/01/2025 deverá cessar quanto atingir 90 dias de atraso (aplicado apenas para as operações não marcadas como ativo problemático).

² Na adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 houve alteração nas apurações das perdas incorridas associadas ao risco de crédito, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 01/01/2025. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de perda esperada de acordo com a resolução CMN nº 2.682/1999.

A seguir resumo das mudanças realizadas nos instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2025. Para fins de comparabilidade, os saldos de 1º de janeiro de 2025 estão apresentados nas mesmas rubricas de 31 de dezembro de 2024.

ATIVO	31.12.2024	Remensuração/Ajustes	01.01.2025
Disponibilidades	72	-	72
Instrumentos Financeiros	4.266.013	2.412	4.268.425
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Fin. Derivativos	1.562.873	2.328	1.565.201
Operações de Crédito	2.703.140	84	2.703.224
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(171.461)	(29.971)	(201.434)
Operações de Crédito	(171.461)	(29.971)	(201.434)
Ativo Fiscal Diferido	178.229	14.959	193.187
Outros Ativos	49.123	9	49.132
Outros Valores e Bens	41.027	-	41.027
Outros Créditos	8.096	9	8.105
Imobilizado de Uso	34.335	-	34.335
Intangível	9.870	-	9.870
Depreciação e Amortização	(10.136)	-	(10.136)
Imobilizado	(5.317)	-	(5.317)
Intangível	(4.820)	-	(4.820)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	(2.367)	-	(2.367)
Total do Ativo	4.353.676	(12.592)	4.341.083

PASSIVO	31.12.2024	Remensuração/Ajustes	01.01.2025
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	862.310	-	862.310
Recursos de Repasse	583.851	-	583.851
Empréstimos no Exterior	221.701	-	221.701
Instrumentos Financeiros e Derivativos	-	-	-
Outros Passivos Financeiros	56.758	-	56.758
Provisões	1.811	3.288	5.098
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	31.338	1.086	32.424
Outros Passivos	63.529	-	63.529
Patrimônio Líquido	3.394.688	(16.966)	3.377.722
Capital	3.156.476	-	3.156.476
Capital de Domiciliados no País	3.156.476	-	3.156.476
Reservas de lucros	238.212	-	238.212
Outros Resultados Abrangentes	-	(14.657)	(14.657)
Lucros/(Prejuízos) acumulados	-	(2.309)	(2.309)
Total do Passivo	4.353.676	(12.592)	4.341.083

30. Eventos subsequentes

A Reforma Tributária, instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, trará alterações relevantes na sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços e impactará diretamente nos processos e sistemas empresariais. A implementação está prevista para ocorrer de forma gradual, com um período de transição entre os anos 2026 e 2033. Em 2025, não houve impactos da Reforma Tributária na Desenvolve SP e, em 2026, anos de testes, também se espera o mesmo. Para adequação à Reforma Tributária, a Instituição contratará uma consultoria especializada para a realização do diagnóstico completo dos impactos fiscais, operacionais e sistêmicos sob a ótica de contribuinte e financeira. O processo está em fase de publicação do edital.

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Gustavo Carvalho Araujo
Contador - CRC 1SP240330/O-0

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

Findas em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

PARECER Nº 001/2026 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e à vista da opinião dos Auditores Independentes apresentada, e das conclusões do Comitê de Auditoria, incluídas no seu relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do período encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Jorge Luiz Avila da Silva - Presidente
 Fabrício Rodrigues da Cruz - Conselheiro
 Jorge Tatino Junior - Conselheiro
 Luísa Mayumi Sato - Conselheira

Patrícia Regina Verderesi Schindler - Conselheira
 Marcelo Bergamasco Silva - Conselheiro
 Marcelo Diniz de Paula Rocha - Conselheiro
 Ricardo Dias de Oliveira Brito - Conselheira

PARECER N. 001/2026 DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 02 de março de 2026

Eduardo Aggio de Sá - Conselheiro
 Eugênia Cristina Cleto Marolla - Conselheira
 Humberto Macedo Puccinelli - Conselheiro
 Jorge Luiz de Lima - Conselheiro
 Juliana Augusto Cardoso - Conselheira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Administradores da

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025, em 1º de janeiro de 2025 a Instituição aderiu à Resolução CMN nº 4.966/25, alterando os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, tendo a Administração optado pela dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores, conforme previsto na referida resolução. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3(e) e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R\$ 199.521 mil, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 4.966, que se baseia na classificação das operações de crédito segundo a Resolução BCB nº 352. Essa classificação estabelece categorias de risco que variam de "C1" para risco mínimo a "C5" para risco máximo, e os percentuais de provisão são definidos conforme essas categorias, estabelecidas pela resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP.

Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de C1 a C5), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o entendimento dos procedimentos da Administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 4.966 e Resolução BCB nº 352 e demais normas CMN e BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ativo fiscal diferido

Conforme as Notas Explicativas nºs 3(k) e 15, foram constituídos ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 178.087 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Devido à relevância do saldo e a utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da Área Tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas e nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de março de 2026



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
 CRC 2 SP 013846/O-1

Waldemar Namura Júnior
 Contador - CRC 1 SP 154938/O-0